

**X CONCURSO DE PROVAS PÚBLICAS PARA ATRIBUIÇÃO
DO TÍTULO DE NOTÁRIO
25/01/2025**

Enunciado com 4 páginas

Direito Privado e Direito Registral

A) Direito Privado

I

(seis valores)

António, Maria e Fernando, irmãos, adquiriram, através de escritura pública, em dezembro de 2024, uma herdade sita no Alentejo.

Hoje, tentando evitar futuros conflitos, pretendem celebrar um negócio jurídico através do qual se vinculem, com eficácia *erga omnes*, a:

- a) Não alienar as quotas que detêm até 2035.
- b) Não exercer o direito de preferência após 2035, qualquer que seja o negócio em causa e independentemente de quem dele venha a ser parte.
- c) Atribuir a *António*, exclusivamente, a administração da herdade, para que este possa, isoladamente, dá-la de arrendamento e alienar a cortiça que os sobreiros, nela existentes, venham a produzir.

Pronuncie-se sobre a valia, eficácia e consequências do negócio pretendido, analisando cada uma das pretensões dos irmãos.

II

(oito valores)

António faleceu a 28-12-2024.

Sobreviveram-lhe: as filhas *Beatriz* e *Constança*, o irmão *Daniel* e o sobrinho *Ernesto*.

- Os bens de *António* valem 460.000,00 €.
- As dívidas de *António* ascendem a 60.000,00 €.
- Em 2020, *António* doou 200.000,00 € a *Beatriz*.

António deixou testamento cerrado, no qual introduziu as seguintes cláusulas:

- a) *"Instituo o meu sobrinho Ernesto como herdeiro de 3/4 da minha quota disponível, mas se ele vier a ser chamado como herdeiro universal à herança do meu irmão Daniel e aceitar, esta disposição testamentária deve perder os seus efeitos"*;
- b) *"Deixo a Helder o meu carro desportivo, mas caso ele se case com a atual namorada, esta disposição testamentária deve perder os seus efeitos"*.

Sabendo que o carro desportivo de *António* valia 50.000,00 € à hora da sua morte (os quais integram os 460.000,00€ de bens deixados por *António*), faça a partilha da herança, referindo-se aos sucessíveis chamados e aos institutos pertinentes, apreciando, ainda, a valia das disposições testamentárias.

B) Direito Registral

O prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial do Porto sob o n.º 7000/19740907, da freguesia de Lordelo do Ouro, concelho do Porto, tem, em vigor, inscrição de aquisição em que são sujeitos ativos A e B, casados sob o regime de bens *séparation de biens*, disciplinado pelo ordenamento jurídico francês, na língua portuguesa *separação de bens*, e residentes na Rue Saint-Dominique, Paris, França, (Ap. 500 de 2021/10/02). Em 17 de janeiro de 2025, foi pedido registo de aquisição de ½ a favor de A, viúvo, por sucessão de B. Para o efeito, juntou-se Certificado Sucessório Europeu, traduzido para a língua portuguesa, do qual consta que A é o único herdeiro de B, designado por testamento.

Sabendo que, em face do artigo 1536º do Código Civil francês, *“quando os cônjuges tiverem estipulado no contrato de casamento que ficarão separados dos bens, cada um deles detém a administração, o gozo e a livre disposição dos seus bens pessoais”*;



Fundamentando sempre com as disposições legais pertinentes, responda:

I

(dois valores)

1.

a) O Certificado Sucessório Europeu é um documento válido para a inscrição de bens da sucessão?

b) Pode o registo de aquisição de $\frac{1}{2}$ a favor de A ter ingresso definitivo no registo?

II

(dois valores)

2. Considere agora que em 20 de janeiro de 2025, sobre o mesmo prédio n.º 7000/19740907, da freguesia de Lordelo do Ouro, foi solicitado um registo de penhora, tendo C por executado, sobrinho de A e B; e que o registo veio a ser qualificado como provisório por natureza, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 92.º do Código do Registo Predial.

a) Por que razão o registo de penhora obteve essa qualificação?

b) Quando caduca e como se poderá converter a inscrição de penhora?

III

(dois valores)

3. Considere finalmente que o registo de penhora veio a ser convertido e que, enquanto notário(a), lhe foi solicitado para escriturar hoje a venda em processo de execução, sendo comprador D. Consultada a certidão permanente do registo predial, verificou que em 24 de janeiro de 2025 foi registada uma ação de execução específica [provisória por natureza, alínea a) do n.º 1 do artigo 92.º do Código do Registo Predial], mas celebrou a escritura.

a) O registo a favor de D será definitivo?

b) O registo de ação é um registo que caduca nos termos do n.º 2 do artigo 824.º do Código Civil?



ORDEM DOS NOTÁRIOS
PORTUGAL